



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

11 - Ensino de Sociologia e Educação

AVALIAÇÃO DO CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM SOCIOLOGIA PARA O ENSINO MÉDIO DO IFPE campus PESQUEIRA

Anicélia Ferreira da Silva

Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ / IFPE campus Pesqueira

RESUMO:

A presente pesquisa trata-se do trabalho final do curso de Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, desenvolvido pela FUNDAJ, tendo por objetivo avaliar o curso de Aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio, ofertado pelo IFPE campus Pesqueira, no período de novembro de 2013 a maio de 2014. Busca-se conhecer os potenciais efeitos do curso durante e após sua realização, na perspectiva do professor, bem como os fatores que interferiram direta ou indiretamente, sobre os participantes e, conseqüentemente, sobre o curso.

As bases teóricas para análise dos resultados, obtidos a partir de dados coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturados, serão construídas sob as perspectivas dos professores formadores e participantes do curso. A análise bibliográfica e o aprofundamento teórico permitirão conhecer os percursos e abordagens atuais sobre a temática, bem como situá-la nas leis e documentos oficiais que regem a educação no Brasil.

Partindo das circunstâncias sob as quais o curso foi desenvolvido, dar continuidade a temática de formação docente, alimentando-a com as contribuições no campo de formação do professor de Sociologia.

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia, Formação continuada, Ensino Médio.

Introdução

O presente trabalho de pesquisa tem por objetivo avaliar o curso de formação continuada, Aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio, ofertado pelo IFPE campus Pesqueira, no período de novembro de 2013, a maio de 2014, buscando conhecer os efeitos do curso durante e após sua realização, na perspectiva do professor, bem como os fatores que interferiram direta ou indiretamente, favorável ou desfavoravelmente sobre os participantes e, conseqüentemente, sobre o curso.

Partindo das circunstâncias sob as quais o curso foi desenvolvido, dar continuidade a temática de formação docente, alimentando-a com as significantes contribuições no campo de formação do professor de Sociologia.

Esperando-se com isso contribuir para minimizar as dificuldades existentes em relação à formação dos professores de Sociologia, sobretudo nesta região do agreste de Pernambuco.

As bases teóricas para análise dos resultados, obtidos a partir de dados coletados por meio de questionários e entrevistas semiestruturados, serão construídas sob as perspectivas dos professores formadores e participantes do curso.

Para tanto, será necessário desenvolver um aprofundamento teórico sobre a formação continuada dos professores de Sociologia, além da análise do material fornecido pelos professores através dos questionários e entrevistas. A Análise bibliográfica servirá para elucidar dúvidas e conhecer os percursos e abordagens atuais sobre a temática, bem como situá-la nas leis e documentos oficiais que regem a educação no Brasil.

O referido curso é bastante apropriado para o desenvolvimento desta pesquisa, visto que representa uma das poucas iniciativas de formação continuada específica para professores de Sociologia no estado de Pernambuco. Uma das ações mais significativas no sentido de qualificar o trabalho docente no ensino de sociologia realizada em Pernambuco foi o Curso de extensão em Sociologia e Filosofia desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco UFPE, em 2007 com carga horária de 190h/a. Do referido curso nasceram os

Parâmetros Estaduais elaborados com participação dos professores de diversas regiões do estado.

1- Justificativa

Há mais de 20 anos trabalhando como professora na rede pública de ensino, pude testemunhar diversas situações que envolvem o processo de ensino e aprendizagem. Muitas dessas situações causam temor e preocupação quanto aos rumos da educação no Brasil. São as mais variadas possíveis, desde escolas com estruturas físicas precárias, alunos desmotivados e indisciplinados e até mesmo professores sem formação específica ou com formação deficiente na sua área de atuação. Ademais, é muito comum, quase uma regra, que os professores tenham mais de um vínculo empregatício, além de suas atribuições cotidianas, individuais e familiares.

Enquanto professora, sempre busquei oportunidades de melhorias na qualificação profissional. As múltiplas jornadas a que tive que me submeter por questão de sobrevivência afastaram-me um pouco das chances de elevação da escolaridade. No entanto, sempre que possível, mediante as oportunidades que surgiam, eu ia buscando me encaixar, sempre participando e levando para o âmbito da sala de aula os conhecimentos e experiências ali compartilhados.

Por cerca de quase dez anos, experimentei estar à frente de uma coordenação pedagógica, situação em que via a oportunidade de multiplicar conhecimentos, experiências e ideias que pudessem inovar e elevar a qualidade do ensino em nossas escolas. Nesse tempo, também pude perceber como muitas vezes as formações continuadas não atendem as expectativas dos professores, nem atendem as demandas da escola e da educação.

O Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio, oferecido pela Fundação Joaquim Nabuco, surge em 2013, como uma possibilidade ímpar de realização profissional. A partir da leitura do edital, percebi que se tratava de algo que eu realmente precisava e gostaria muito de fazer. Assim, o ingresso neste curso vem a ser um divisor de águas na leitura de mundo e de educação que eu fazia.

Logo de início, a disciplina de Teoria Sociológica, veio confirmar o que já era sabido: minhas limitações no campo da Sociologia. Limitações antes percebidas, mas nunca vistas como fator preocupante. Com efeito, a preocupação que de mim se apodera não diz respeito a minha prática pedagógica isolada, mas sim, a prática pedagógica dos professores de Sociologia como um todo.

Como estariam sendo as aulas de Sociologia no Ensino Médio da cidade e da região, visto que a maioria dos professores não tem formação específica em Ciências Sociais? Qual valor estaria sendo atribuído a este componente curricular por parte dos professores? Quais as metodologias de ensino estavam sendo empregadas nas aulas?

Aproveitando as circunstâncias do momento no IFPE campus Pesqueira, através da RENAFOR e diante de tantos questionamentos, surge a ideia de elaborar um projeto básico de curso de aperfeiçoamento em sociologia para o ensino médio. Visando compartilhar conhecimentos e experiências adquiridos no mestrado, o curso vem contemplar prioritariamente os professores de Sociologia.

2 - Fundamentação teórica

O histórico da disciplina Sociologia é marcado por idas e vindas. Percebe-se que na maioria das vezes sua permanência ou retirada dos currículos escolares ocorre de acordo com a situação política do país. Somente a partir da Lei 11.684 de 2008 que a introduz como disciplina presente em todas as séries do Ensino Médio é que ela adquire uma maior estabilidade. Isso, porém, não representa nenhuma garantia de que a qualquer momento e a mercê da situação política e econômica que venha se instaurar no país, ela deixe de ser obrigatória ou mesmo de estar presente nos currículos escolares. A instabilidade da disciplina pode ser observada no quadro abaixo:

QUADRO - 1 - RESUMO - A SOCIOLOGIA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS – 1891/2008 (MARIO BISPO SANTOS, COMPLETADO POR ILEIZI)

1. (1891 -1941) – INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1891 – A Reforma Benjamin Constant propõe, pela primeira vez no Brasil, a Sociologia como disciplina do ensino secundário.

1901 – A Reforma Eptácio Pessoa retira oficialmente a Sociologia do currículo, disciplina esta que nunca chegou a ser ofertada.

1925 – A Reforma Rocha Vaz coloca novamente a Sociologia como disciplina obrigatória do curso secundário, no 6º ano. Como decorrência dessa Reforma, ainda em

1925, a Sociologia é ofertada aos alunos do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, tendo como professor Delgado Carvalho.

1928 – A Sociologia passa a constar dos currículos dos cursos normais de estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, onde foi ministrada por Gilberto Freyre, no Ginásio Pernambucano de Recife.

1931 – A Reforma Francisco Campos organiza o ensino secundário num ciclo fundamental de cinco anos e num ciclo complementar dividido em três opções destinadas à preparação para o ingresso nas faculdades de Direito, de Ciências Médicas e de Engenharia e Arquitetura. A Sociologia foi incluída como disciplina obrigatória no 2º ano dos três cursos complementares.

1933 – Criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo.

1934 – Fundação da Universidade de São Paulo, que conta com Fernando de Azevedo como o primeiro diretor de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e como catedrático de Sociologia.

1935 - Introdução da disciplina Sociologia no curso normal do Instituto Estadual de Educação de Florianópolis com o apoio de Roger Bastide, Donald Pierson e Fernando de Azevedo.

1942 – A Reforma Capanema retira a obrigatoriedade da Sociologia dos cursos secundários, com exceção do curso normal.

2. (1942-1981) AUSÊNCIA DA SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA OBRIGATÓRIA

1949 – No Simpósio O Ensino de Sociologia e Etnologia, Antônio Cândido defende o retorno da Sociologia aos currículos da escola secundária.

1954 – No Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo, Florestan Fernandes discute as possibilidades e limites da Sociologia no ensino secundário.

1961 – Aprovação da Lei 4.024, de 20 de dezembro, a primeira Lei de Diretrizes e Bases promulgada no País. A LDB manteve a divisão do Ensino Médio em dois ciclos: ginásial e colegial.

1962 – O Conselho Federal de Educação e o Ministério da Educação publicam Os novos currículos para o ensino médio. Neles constavam o conjunto das disciplinas obrigatórias, a lista das disciplinas complementares e um conjunto de sugestões de disciplinas optativas. Sociologia não constava de nenhum dos três conjuntos.

1963 – Resolução nº 7, de 23 de dezembro, do Conselho Estadual de Educação de São Paulo, na qual a Sociologia estaria presente como disciplina optativa nos cursos clássicos, científico e eclético.

1971 – Lei nº 5.692, de agosto, a Reforma Jarbas Passarinho que torna obrigatória a profissionalização no ensino médio. A Sociologia deixa também de constar como disciplina obrigatória do curso normal.

3. (1982-2001) REINSERÇÃO GRADATIVA DA SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

1982 – Lei 7.044, de 18 de outubro, que torna optativa para escolas a profissionalização no ensino médio.

1983 – Associação dos Sociólogos de São Paulo promove a mobilização da categoria em torno do “Dia Estadual de Luta pela volta da Sociologia ao 2º Grau”, ocorrido em 27 de outubro.

1984 – A Sociologia é reinserida nos currículos das escolas de São Paulo.

1986 – A Sociologia passa a constar dos currículos das escolas do Pará e do Distrito Federal.

1989 – A Sociologia torna-se disciplina constante da grade curricular das escolas do Pernambuco, Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro. A constituinte mineira e fluminense tornam obrigatório o ensino de Sociologia.

1996 – Nova Lei de Diretrizes e Bases – Lei nº 9394, de 20 de dezembro, na qual, os conhecimentos de Sociologia e Filosofia são considerados fundamentais no exercício da cidadania.

1997 – A Sociologia torna-se disciplina obrigatória do vestibular da Universidade Federal de Uberlândia.

1998 – Aprovação do Parecer nº 15, de 1º de junho, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), nas quais os conhecimentos de Sociologia são incluídos na área de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

1999 – Ministério da Educação lança os Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio (PCNEM) que trazem as competências relativas aos conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Ciência Política.

2000 – No novo currículo das escolas públicas do Distrito Federal, a Sociologia aparece como disciplina obrigatória das três séries do ensino médio, com carga semanal de duas horas-aula.

2001 – Vetado pelo Presidente da República, o projeto de lei do Deputado Padre Roque, do Partido dos Trabalhadores do Paraná, que torna obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia em todas as escolas públicas e privadas.

2001 – Veto presidencial em apreciação no Congresso Nacional.

2003 – Inicia-se nova equipe no MEC e nas secretarias de ensino médio e ensino profissionalizante (Governo de Luiz Inácio Lula da Silva – LULA, 2003-2006). UEL introduz Sociologia nas Provas do Vestibular.

2004 – Forma-se uma equipe para rever os PCNEM. O MEC solicita às sociedades científicas a indicação de intelectuais ligados ao ensino para reformularem os PCNEM. Amaury Moraes e sua equipe inicia a elaboração das Orientações Curriculares para o Ensino Médio – Sociologia.

2005 – Amaury Moraes elabora o Parecer que questiona as DCNEM e encaminha ao MEC que encaminha ao CNE. Cria-se o Grupo de Trabalho GT Ensino de Sociologia na Sociedade Brasileira de Sociologia e ocorrem duas sessões especiais sobre as questões do ensino no Congresso em Belo Horizonte.

2006 – O CNE analisa a matéria e vota favorável ao Parecer e à mudança das DCNEM, tornando a Filosofia e a Sociologia componentes ou disciplinas curriculares obrigatórias em ao menos uma série do Ensino Médio.

2007 – Vários estados da federação questionam essa medida junto ao CNE e aguardam o debate antes de implementarem; foram os casos de SP e RS. A maioria dos estados continuou a implantação da disciplina, elaborando diretrizes curriculares estaduais, realizando concursos públicos para professores de Sociologia e estruturando materiais didáticos. A SBS realiza junto com a USP o 1º Seminário Nacional de Ensino de Sociologia nos dias 28 de fevereiro a 2 de março, na Faculdade de Educação da USP.

Cria-se a Comissão de Ensino de Sociologia no Congresso da SBS em Recife e mantém-se o GT Ensino de Sociologia, entre outras tantas atividades. O Sinesp e a Apeosp organizam o 1º Encontro Nacional sobre Ensino de Sociologia e de Filosofia, em julho, em São Paulo, com a participação de cerca de 800 pessoas. UFPR introduz Sociologia nas provas do Vestibular. A Editora Escala cria a Revista mensal Sociologia: Ciência & Vida, revista vendida na maioria das bancas do País.

2008 – Diante das resistências de alguns estados em acatar a mudança das DCNEM o

Sindicato dos Sociólogos de São Paulo – Sinsesp liderou mais um movimento de pressão pela aprovação da lei que obriga o ensino de Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio, no Congresso e Senado Federal. Em 2 de junho de 2008, o Presidente da República em exercício, José de Alencar, assinou a lei 11.684. A UFRN, com o apoio da SBS realiza o 1o Seminário Nacional de Educação e Ciências Sociais, nos dias 18 e 19 de abril, em Natal. A FE-UFRJ, com o apoio do MEC e SBS, realizou o 1º Encontro Estadual sobre Ensino de Sociologia na Educação Básica, no Rio de Janeiro, em 19 a 21 de setembro de 2008. A FCS da UFG, realizou o 5º Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2008.

2009– O CNE regulamenta o modo de implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio pela Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009, ordenando que se conclua a efetivação dessa medida até 2011. A SBS realiza o 1º Encontro Nacional de Ensino de Sociologia na Educação Básica, nos dias 25 a 27 de julho na UFRJ (participação de cerca de 300 pessoas) e mantém o GT Ensino de Sociologia no seu Congresso bianual, realizado na sequência e que comemorou os 60 anos de existência da entidade. A FCS da UFG, realizou o 6º Seminário sobre Sociologia no Ensino Médio, em Goiânia-GO, em setembro de 2009.

FONTE: BRASIL (2011, p. 41,42,43)

Outras importantes iniciativas estão sendo desenvolvidas no campo do ensino da Sociologia em vários estados do Brasil, visando promover o debate em torno da temática, visto que é direito do aluno ter acesso ao conhecimento que a Sociologia pode proporcioná-lo, assim como é necessário que o professor se aproprie de conhecimentos e procedimentos que otimizem sua prática.

Não obstante as intermitências sofridas pela disciplina, a formação dos professores de sociologia também não recebe a devida atenção, mesmo tendo o ensino da disciplina se tornado obrigatório nos currículos do Ensino Médio.

O IFPE, ao constituir-se uma instituição de ensino superior, tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tendo em vista o cumprimento deste princípio destacado na LDB, bem como da Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências, tem-se destacado na oferta de cursos de formação para professores, em cumprimento ao Artigo 6º, inciso VI, no que concerne ao oferecimento de “capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes da rede pública”.

A formação inicial e continuada de professores tem estado mais presente na atual agenda dos governos, no entanto, o atendimento às demandas específicas é pouco em comparação com as abordagens mais generalizadas. Normalmente, os cursos e capacitações são organizados e oferecidos no início dos semestres letivos, trazendo discussões sobre o cotidiano da escola e como momentos de auto-ajuda e motivacional.

Os períodos destinados ao planejamento e organização do trabalho pedagógico, embora estejam divididos de uma maneira em que os professores que compartilham a mesma disciplina possam ter um momento de troca de experiência, não favorecem diretamente os que lecionam Sociologia, visto que a disciplina é distribuída como complemento de carga horária, ou ainda porque, devido ao baixo quantitativo de aulas, apenas um professor absorve toda a carga horária. Dessa forma, fica difícil formar, mesmo dentro da mesma unidade escolar, uma comunidade de professores de Sociologia.

Entende-se que a falta de diálogo entre os professores afeta diretamente os aspectos metodológicos e conceituais da disciplina, uma vez que fica a critério de cada um estabelecer o que, e como devem ser ministrados os conteúdos. A institucionalização da disciplina disponibiliza aos alunos do Ensino Médio uma série de benefícios formativos que precisam ser garantidos.

Muitas hipóteses podem ser levantadas em relação à formação de professores em exercício. O detalhamento desse curso de formação, mostrado neste trabalho de pesquisa, mas ampliar o debate e a discussão sobre a temática em questão. Ademais, a análise do percurso e dos efeitos deste curso, especificamente, permitirá conhecer uma das inúmeras possibilidades de sistematização da formação continuada de professores, sobretudo daqueles que se encontram em regência de classe na área de Sociologia.

2.1 – Formação Continuada de Professores¹

Para elaboração deste projeto utilizei-me do conteúdo do Projeto Básico do Curso de Aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio, apresentado ao MEC pelo IFPE como proposta para implantação pela RENAFOR em 2013. A formação continuada dos professores da educação básica encontra-se entre as prioridades do Ministério da Educação, explicitadas no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), para garantir educação de qualidade, centrada no aprendizado do educando. A criação da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica é uma das respostas a esse compromisso. A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores foi criada em 2004 com o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores e alunos. O público-alvo prioritário da rede são professores de educação básica dos sistemas públicos de educação.

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco. **Projeto Básico do Curso de Aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio**. Recife, 2013.

Instituída pelo Decreto 6.755 de 29 de janeiro de 2009, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica tem por finalidade apoiar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos professores das redes públicas da educação básica. Dentre os princípios da política nacional está a formação docente construída em bases científicas e técnicas sólidas, como compromisso público de Estado. Pretende o Ministério aumentar o número de professores formados por instituições públicas de educação superior e garantir um referencial de qualidade para os cursos de formação inicial e continuada, sintonizando-os às necessidades formativas da educação básica e aos problemas da sala de aula.

Como estratégia de planejamento do apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para o alcance dos compromissos postos no PDE, o MEC instituiu o Plano de Ações Articuladas (PAR), por meio do qual cada uma dessas instâncias consolida suas demandas, entre elas as ações de formação. Também como instrumento de planejamento, o MEC definiu o Catálogo de Cursos de Formação Continuada e criou, em 2012, o PDE Interativo, que possibilitou levantar o interesse dos professores, por meio da internet, nos cursos de formação oferecidos com base na demanda identificada nos PAR. A partir deste levantamento, foi disponibilizada na matriz orçamentária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Pernambuco – IFPE, recursos que viabilizaram este curso.

2.2 – Formação de Professores para o Ensino de Sociologia

O Estado, através de projetos e políticas públicas, visa incessantemente alcançar os patamares de qualidade na educação. No entanto, a falta de definição das demandas específicas e prioritárias, bem como a falta de interesse em ouvir o público a quem se destina, tem feito com que os cursos de formação continuada, capacitações em serviço dentre outros mecanismos, não atendam as perspectivas necessidades de formação do professor. Não obstante estar inserido numa sociedade em que o conhecimento e as informações transitam numa velocidade assustadora, os professores têm a alcançar objetivos muitos amplos, definidos nas leis e normas que regem a educação no Brasil. A despeito do que diz a LDB em seu artigo n. 36, parágrafo 1º, inciso III, que determinava que o educando do ensino médio deveria demonstrar o “domínio dos conhecimentos de filosofia e sociologia necessários a cidadania”.

Ainda as OCNEM (2006) trazem as seguintes considerações em relação ao ensino de Sociologia na escola média:

[...] sistematizando os debates em torno de temas de importância dados pela tradição ou pela contemporaneidade. A sociologia, como espaço de realização das Ciências Sociais na escola média, pode oferecer ao aluno, além de informações próprias do campo dessas ciências, resultados das pesquisas as mais diversas, que acabam modificando as concepções de mundo, a economia, a sociedade e o outro, isto é, o diferente – de outra cultura, “tribo”, país, etc. Traz também modos de pensar (Max Weber, 1983) ou a reconstrução e desconstrução de modos de pensar. É possível, observando as teorias sociológicas, compreender os elementos da argumentação – lógicos e empíricos – que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e mesmo comunidade. Isso em termos sincrônicos ou diacrônicos, de hoje ou de ontem. (BRASIL, 2006, p. 105).

No estado de Pernambuco, os Parâmetros Curriculares (2013), elaborado em documentos com base nas leis e diretrizes da educação nacional, também deixa claro a abrangência do trabalho do professor, assim:

A proposta do ensino de Sociologia para o Ensino Médio que ora apresentamos tem como perspectiva a importância, para o processo de formação humana, do conhecimento das Ciências Sociais, tendo em vista a apropriação do conhecimento teórico para uma objetivação na realidade social, operando com base nesses conhecimentos. (PERNAMBUCO, 2013, p. 45)

Partindo desse pressuposto, supõe-se que o professor do ensino médio, especificamente nesse caso, o professor de Sociologia do Ensino Médio, enfrenta graves problemas. Primeiro porque os profissionais formados na área das ciências sociais estão em sua maioria concentrados nas capitais, onde obviamente estão também as universidades. Mesmo que, a partir de 2008, quando institucionalizada como disciplina obrigatória no ensino médio, tenham crescido consideravelmente o número de cursos ofertados em universidades. Conforme Oliveira (2013):

Houve em cinco anos um salto de 14 para 22 cursos de Licenciatura em Ciências Sociais, mais os três cursos de Licenciatura em Ciências Humanas com habilitação em Sociologia, que não havia até então, logo, se considerarmos Cursos de formação de professores que estão habilitados para lecionar Sociologia na Educação Básica, ocorreu um aumento de 78% no número total de cursos em um breve intervalo.

Em segundo, porque o conceito e pouca importância que se dá a disciplina não é apenas por parte de alunos, mas da escola como um todo. Isso pode ser facilmente percebido no cotidiano escolar, onde é comum, “ceder” aulas de disciplinas como sociologia, filosofia e arte para realização de outras atividades. Ademais, a forma como a disciplina é distribuída entre os docentes, muitas vezes com formação em áreas afins, mas também de áreas sem nenhuma correlação com a sociologia.

Outro fator importante e significativo para o ensino de sociologia foi a inclusão da disciplina no PNLD, que ocorreu em 2012. Esse fato vem trazer uma nova performance do professor em sala de aula, uma vez que o livro passa, ora a ser a única referência para o professor, ora a ser desprezado por professores e alunos.

Todavia, a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio no Brasil, sem interrupção, ainda é algo muito novo e poucas são as oportunidades de formação na área no Brasil de modo geral mas, sobretudo, no interior. Assim, a oferta do curso de aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio, vem amenizar em caráter emergencial a demanda de formação nessa região do interior. Tendo em vista a necessidade de refletir sobre a prática pedagógica dos professores, levando em consideração a tamanha possibilidade que a disciplina representa para a formação do aluno como cidadão do mundo, pois conforme Millis:

A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. Permite-lhe levar em conta como os indivíduos, na agitação de sua experiência diária, adquirem frequentemente uma consciência falsa de suas posições sociais. Dentro dessa agitação, busca-se a estrutura da sociedade moderna e dentro dessa estrutura são formuladas as psicologias de diferentes homens e mulheres. Através disso, a ansiedade pessoal dos indivíduos é focalizada sobre fatos explícitos e a indiferença do público se transforma em participação nas questões públicas. [...] A imaginação sociológica nos permite compreender a história e a biografia e as relações entre ambas, dentro da sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. A marca do analista social clássico é o reconhecimento delas [...] (MILLS, 1975, p.11-12).

O referido curso, mais que um curso de Ensino de Sociologia, caracteriza-se como processo imerso na totalidade concreta e se desenvolve a partir de pensamentos e conceitos sociológicos. Através dele, pretende-se propiciar ao professor da disciplina de Sociologia uma formação complementar, tendo em vista a necessidade de preencher lacunas da formação inicial e ou de complementar a formação daqueles que não são graduados na área de Ciências Sociais, por meio de abordagens, conteúdos e métodos que possibilitem a construção do conhecimento sociológico.

Este trabalho de pesquisa visa avaliar os potenciais efeitos do curso de Aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio, destacando a importância desta iniciativa, sua relevância na prática cotidiana do professor, bem como os aspectos que ocorreram paralelamente a sua efetivação. Ainda será considerada a visão dos participantes sobre o processo educativo e sobre o ensino de sociologia. Espera-se que, a partir dos resultados dessa análise, outras possibilidades de abordagens significativas possam surgir,

visto que partirá da perspectiva do olhar do professor sobre o curso, sua visão da disciplina e seu fazer pedagógico.

3 - Objetivo Geral:

- Avaliar o Curso de Aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio do IFPE campus Pesqueira a partir das perspectivas dos professores formadores e professores participantes.

3.1 - Objetivos específicos:

- Conhecer os potenciais efeitos do curso de aperfeiçoamento na perspectiva dos professores.
- Identificar os fatores que interferiram favorável ou desfavoravelmente na implantação e efetivação do curso.
- Descrever o perfil dos participantes (Formação, área de atuação, tempo de exercício do magistério, vínculos funcionais etc).

4 - Metodologia:

A pesquisa qualitativa é a mais adequada para o desenvolvimento da presente proposta. Nesse tipo de pesquisa, não se propõe mensurar, tampouco padronizar alguma situação. O que interessa neste caso é a visão e a experiência objetiva do curso para os atores em questão.

Serão aplicados questionários e entrevistas com os professores formadores e professores participantes do curso, nas cidades de Pesqueira e Garanhuns, buscando empregar um modelo que forneça os dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa. A participação na pesquisa não acarretará nenhum prejuízo ou lucro aos participantes. Serão realizadas preservando o respeito ao indivíduo (autonomia), materializado no processo e obtenção do consentimento livre e esclarecido dos indivíduos-alvo.

Os entrevistados serão devidamente comunicados sobre os objetivos, procedimentos e publicação dos resultados da pesquisa, participando voluntariamente, conforme autorização agradecidos e reconhecidos.

A análise bibliográfica terá como base os documentos e legislações vigentes na área educacional, além de autores que abordam a temática de formação continuada, visto que

esse procedimento de análise complementa as informações obtidas. Não haverá nenhuma dificuldade quanto ao acesso aos documentos, visto que não se trata de nenhum documento sigiloso, sendo a maioria de domínio público.

Trata-se de uma pesquisa exploratória que objetiva avaliar o curso de Aperfeiçoamento no Ensino de Sociologia, oferecido pelo IFPE campus Pesqueira, no período de novembro de 2013 a maio de 2014, aprofundando o conhecimento sobre esta temática, a partir das perspectivas dos professores formadores e participantes do referido curso.

5- Resultados Esperados

Espera-se que os resultados obtidos com a pesquisa tornem conhecidos os potenciais efeitos do curso de aperfeiçoamento em Sociologia para o Ensino Médio, na perspectiva dos participantes, visto que é a partir dessas perspectivas que novas oportunidades de formação podem surgir. Partindo da identificação dos fatores que interferiram favorável e desfavoravelmente na implantação e efetivação do curso propor alternativas evitando os aspectos negativos e potencializando os aspectos positivos. Utilizando-se da descrição do perfil dos professores de Sociologia, elaborar propostas pertinentes, adequadas e factíveis para os interessados.

Face ao exposto, conclui-se que outras propostas de formação poderão ser elaboradas, tendo o foco no professor. No entanto, espera-se também que surjam oportunidades que envolvam alunos. A curto prazo, pode-se pensar num curso de extensão voltado para o ENEM, por exemplo. Uma proposta interdisciplinar pode ser implementada nesse sentido, visando contemplar as demandas de formação do professor e as necessidades específicas dos alunos.

Algumas lacunas já foram identificadas no curso de aperfeiçoamento, objeto desta investigação. Sentiu-se a necessidade de inclusão dos aspectos políticos e antropológicos das Ciências Sociais, uma vez que a abordagem foi apenas sobre o ensino de Sociologia. Com efeito, as observações estão sendo consideradas e as necessárias alterações estão sendo feitas para um possível complemento do curso.

A pesquisa ainda em andamento, não permite uma avaliação mais precisa nesse momento. Mas, a partir da apropriação das informações em face da conclusão dos trabalhos, espera-se contribuir com novas propostas e melhorar as propostas já existentes.

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para ensino médio**. Brasília, 2012

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Sociologia: Ensino Médio**. Brasília, 2010. 304 p., il.(Coleção Explorando o Ensino, v. 15).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia de livros didáticos. PLND 2012. Sociologia**. Brasília, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares nacionais para ensino médio, na área de ciências humanas e suas tecnologias**. Brasília, 2006

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, de cinco de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm.

LEI nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 10 maio 2014.

MILLS, Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MORAES, Amaury C. Por que Sociologia e Filosofia no ensino médio? IN: Carvalho, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate**. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004a.

MORAES, Amaury C. O veto de FHC: o sentido de um gesto. IN: Carvalho, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate**. Experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004b.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Parte I – Bases Legais. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais. Ensino Médio. Parte IV. Ciências Humanas e suas Tecnologias. 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>>. Acesso em 10 maio 2014.

PCN+. Ensino Médio. **Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais.** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasHumanas.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2014.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Orientações Teórico- Metodológicas Sociologia Ensino Médio.** [S.I.: s.n.], 2012. Disponível em: <<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/750/Orienta%C3%A7%C3%B5es-SOCIOLOGIA.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

REFERENCIAL Curricular. Lições do Rio Grande. Volume cinco. **Ciências Humanas e suas tecnologias:** História, Geografia, Sociologia e Filosofia. 2009. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/refer_curric.jsp?ACAO=acao1.

SARANDY, Flávio M. S. Reflexões acerca do sentido da sociologia no ensino médio. IN: Carvalho, L.M.G. (Org.). **Sociologia e ensino em debate.** Experiências e discussões de sociologia no ensino médio. Ijuí, Ed. Unijuí: 2004.